

LER MARX, HOJE: UM PROGRAMA DE PESQUISA E DE INTERPRETAÇÃO

*Adriano Codato*¹
*Renato Perissinotto*²

RESUMO

Apresentamos um projeto de leitura e de interpretação dos textos de Marx sobre a política francesa. O propósito mais amplo que inspira esse projeto é o desejo de tomar o pensamento de Marx como uma ciência social normal, em dois sentidos bem precisos: como um tipo de conhecimento científico, e não uma teoria normativa e/ou uma visão social de mundo; e como um gênero interpretativo, que consiste em conectar as ações e instituições políticas à sua dimensão social. Essa postura implica necessariamente uma compreensão diferente dos escritos de Marx, mais interessada em suas operações analíticas do que na monumental parafernália teórica sobre a qual elas se apoiam. Essas operações analíticas podem (ou não) ajudar a formular estratégias intelectuais para conectar microevidências à macroteoria e propor conceitos de médio alcance para colaborar na pesquisa

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor da Revista de Sociologia e Política e um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) da UFPR. End. eletrônico: adriano@ufpr.br

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), coeditor da Revista de Sociologia e Política e co-coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR). Atualmente é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. End. eletrônico: monseff@uol.com.br

social. Só assim os estudos marxistas conseguirão deixar de ser o que frequentemente tem sido: ilustração de teoria.

Palavras-chave: Marx. Marxismo. Ciência social. Teoria social. Teoria política.

READING MARX TODAY: A PROGRAM OF RESEARCH AND INTERPRETATION ABSTRACT

This study presents a project of reading and interpretation of Marx's texts about the French politics. The greater purpose that inspires this project is the desire to make Marx's thoughts a normal social science in two very precise ways: as a type of scientific knowledge, rather than a normative theory and/or social view of the world; and as an interpretative genre, which consists on connecting the actions and political institutions to their social dimension. This posture necessarily implies a comprehension different from the works of Marx that are more interested in his analytical operations than in the monumental theoretical paraphernalia upon which they are based. These analytical operations may (or may not) help formulate intellectual strategies to connect microevidence to macrotheory and propose medium-range concepts to help the social research. Only then will Marxist studies be able to stop being what they have frequently been: the illustration of theory.

Keywords: Marx. Marxism. Social science. Social theory. Political theory.

Na agenda de pesquisas da teoria política contemporânea, é preciso incluir estudos mais sistemáticos sobre a Política em Marx, em alguns marxismos posteriores e sobre como as considerações/teorizações a respeito do Estado, da política institucional e da ação de classe, realizadas por essa tradição cultural, podem ser operacionalizadas cientificamente, se é que podem.

Essa pretensão deve soar estranha por dois motivos, pelo menos: a inaturalidade do escritor e a ausência, em sua obra, de uma Teoria Política digna desse nome.

Por que, ou mais exatamente, para quê decifrar de novo o inventor do *Manifesto comunista* se a História parece ter se incumbido de desmentir sucessivamente suas apostas na crise final do capitalismo, no partido

revolucionário como organizador da vontade da maioria e na classe operária como o sujeito da transformação social? Além do mais, a obra teórica de Marx parece ter se tornado pouco mais que uma relíquia do século XIX à medida que a Ciência Política conheceu, depois da revolução comportamentalista e da reação neo-institucionalista a ela, um notável avanço no século XX, tanto em termos de quantidade de conhecimento produzido como em qualidade de reflexão acumulada. Logo, ler e reler sempre os mesmos textos de Marx e Engels – esse vício incorrigível de todos os marxistas, conforme a repreensão sentenciosa de Norberto Bobbio (1983, p. 41-42) – seria pouco mais que uma teimosia de antiquário. A obsessão por esse pensamento denunciaria tanto a ignorância olímpica da literatura sociológica contemporânea, como a falta de perspicácia para perceber o mundo social tal como ele se apresenta nesse início do século XXI (“pós-moderno”, “complexo”, “líquido”, etc.). Desse modo, um projeto como esse não estaria só defasado politicamente, mas desatualizado intelectualmente.

Não bastassem esses contrastes, o que Marx tem mesmo a dizer de relevante sobre Política?

Não sabemos que o marxismo, essa variante do materialismo filosófico, é no fundo um economicismo, mesmo nas suas versões mais sofisticadas, como insistiu G. A. Cohen (1978)? E que o instrumentalismo presente nas suas formulações sobre o Estado é, tal qual redescobriu Jon Elster (1985) com certo estrondo, o sucedâneo do funcionalismo da sua sociologia? Não aprendemos também que a denúncia que se seguiu à revelação do caráter de classe do Estado moderno, combinada com uma desconfiança aberta em relação à democracia capitalista (um regime político, tal como qualquer ditadura, a serviço do mesmo despotismo de classe), foi o que afinal impediu Marx e os marxistas de pensarem com mais frequência as questões clássicas da Filosofia Política: o poder, a autoridade, a obediência, a legitimidade, a representação, a participação, etc.? Não é amplamente conhecido que Marx nunca pôde – ou nunca pretendeu realmente – dedicar-se a completar o ambicioso projeto anunciado no Prefácio da *Crítica da Economia Política*: um livro que tratasse especificamente “do Estado, do comércio exterior e do mercado mundial”?³

³ Na sua carta a L. Kugelmann de 28 dez. 1862 somos informados que a continuação da intenção esboçada no Prefácio de 1859 iria apenas até o estudo do “capital em geral” ou até os “princípios de economia política”, a parte realmente importante de todo o projeto, e “talvez [as] relações das diferentes formas de Estado para com as diferentes estruturas de sociedade” (MARX, 2002, p. 177, grifo nosso).

Essa última dificuldade, a falta de um volume que tomasse tanto a política como a teoria política como objetos de reflexão teórica, assim como foi feito, no outro domínio, com a mercadoria e com a economia política clássica, não é um impedimento menor, nem mero acidente bibliográfico. Não pode, portanto, ser descartado sem mais.

Isso porque quando se põem frente a frente os três tomos de *O capital*, de um lado, e a série quase infinita de textos curtos, panfletos, notas de leitura, estudos inéditos ou inacabados, artigos em jornais estrangeiros, polêmicas com emigrados alemães na Inglaterra, relatórios apresentados à Associação de Trabalhadores, discursos sobre isso e aquilo e a enorme correspondência entre Marx e Engels, de outro, o que ressalta, no fim de tudo, é o caráter precário, fragmentado e infrequente do material dedicado à Política⁴.

É exatamente a natureza incompleta da reflexão marxiana e o sentido provisório e esquemático de muitas das suas formulações que são responsáveis pela interpelação padrão divulgada, entre tantos, por Gérard Lebrun: será que “já se refletiu o suficiente sobre o que é este pensamento *marxista* da política? O marxismo”, conforme esse parecer categórico,

[...] é inegavelmente uma ontologia do social, uma hermenêutica original do capitalismo – *mas de maneira alguma uma filosofia política*. Não existe pensamento marxiano do político (a menos que se considere, por exemplo, suficientemente determinada a essência do Estado ao ser definido como poder da classe dominante)” (LEBRUN, 1983, p. 151, grifo do autor).

Logo, na ausência de uma “Obra”, no sentido convencional do termo, o estudioso de Marx estaria condenado a torturar seus escritos para fazê-los falar mais do que podem ou além do que devem, na ilusão de esbarrar com uma coerência artificial ou, no melhor dos casos, com uma teoria feita apenas de “metáforas românticas” (LEBRUN, 1983). De toda forma, essa teoria só poderia ser

⁴ Uma evidência eloquente dessa carência: para completar o tomo “Politique” de Marx da Bibliothéque de La Pléiade, Maximilien Rubel teve de juntar aos conhecidos *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e *a As lutas de classe em França de 1848 a 1850* (1850) – esse último livro, a propósito, uma reunião póstuma de artigos –, os textos que saíram na *Neue Rheinische Zeitung* (entre 1848-1849), no *New York Daily Tribune* (1852-1854) e no jornal cartista de Londres *The People's Paper* (1852-1856). Ver Marx, 1994. Esse volume heterogêneo contém ainda outros textos de ocasião, como o panfleto político *Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia* (1853), o panfleto crítico *Lord Palmerston* (1853) e o panfleto satírico *O cavaleiro da nobre consciência* (1854).

conquistada ou construída *a posteriori*, graças ao recurso às citações consagradas e conforme a arbitrariedade típica de empreitadas desse tipo. Essa inspiração foi responsável por aquilo que Bobbio (1979, p. 22) chamou, com muita razão, aliás, de reverência exagerada às passagens clássicas ou aos intérpretes autorizados.

Mas será preciso recordar que “Marx passou as quatro décadas de sua carreira de comunista militante insultando [...] as três principais formas de ‘totalitarismo’ de seu tempo: o bonapartismo, o czarismo e o absolutismo prussiano” (RUBEL, 1989, p. 143)? E que isso não só rendeu centenas e centenas de folhas, mas certas *noções operatórias* e especialmente *estratégias analíticas* combinadas com um modo novo de explicação social? Então, como defender que esse emigrado alemão na Inglaterra tenha subestimado as circunstâncias do mundo político real e simplesmente se esquecido de tratar de uma das questões teóricas mais fundamentais da teoria política: afinal, por que a sociedade está submetida ao Estado? Ou mais exatamente: por que o poder da maioria não se traduz em poder de mando pela maioria?

Deixando de lado literalmente a política revolucionária e os pouquíssimos escritos que se incumbiram de falar do mundo pós-capitalista e da estratégia dessa reengenharia social para ficar somente com o pensador da política capitalista, esse projeto de interpretação que defendemos retém apenas um aspecto da imensa obra teórica de Marx.

Nosso foco recai sobre seus *escritos históricos*, justamente aqueles onde o nosso autor analisa o bonapartismo francês. O termo “histórico” não tem aqui o sentido usual de exame do passado nem designa um estudo elaborado conforme as regras e os métodos da História (a disciplina). As “obras históricas” de Marx são ensaios que tratam de eventos ou processos concretos, pondo em primeiro plano a descrição e a análise da dinâmica política de uma dada formação social (em particular a francesa). Eles pretendem captar a reprodução e/ou a transformação de uma conjuntura política específica. Adotou-se essa expressão, corrente na literatura, para diferenciar esses escritos dos ensaios filosóficos e dos famosos textos sobre a Economia Política clássica.

Esse é, frise-se desde logo, um Marx pela metade e amputado dos aspectos político-ideológicos, autoimputados ou colados depois ao autor por epígonos e/ou adversários. Nem “poeta das mercadorias”, nem “ditador do proletariado”, de acordo com a fraseologia de Edmund Wilson (1986). Mas uma metade de Marx pouco ou nada estudada na direção que pretendemos aqui.

Esse projeto de leitura está bem longe da busca do marxismo puro e duro ou do “verdadeiro Marx”, propósito esse inspirado no projeto althusseriano de “nos separarmos da literalidade de Marx, para torná-lo inteligível a seu próprio pensamento” (ALTHUSSER, 1992, p. 197). Essa miragem filosofante, responsável por parir, no século XX, quase tantos marxismos quantos analistas disponíveis, implicou uma glorificação desmedida do autor em tempos mais favoráveis; e uma escovadela pouco meditada em tempos bicudos. E praticamente só isso. Bobbio anota que o marxismo, quando assumido como uma profissão de fé, promoveu com impressionante frequência fenômenos de conversão e de abjuração. Já “quando foi acolhido como a única ciência possível da sociedade, foi seguido por afastamentos graduais mediante processos de questionamento guiados pela observação da história real. No primeiro caso, poder-se-ia falar de uma verdadeira inversão de rota, de uma brusca passagem de uma difusa e acrítica *Marxlatría* a uma igualmente difusa e acrítica *Marxfobia*. No segundo caso, poder-se-ia dizer que o resultado foi obtido por meio de uma contestação das pretensas verdades do marxismo” (BOBBIO, 2006, p. 300).

As ideologias teóricas que surgiram daí, cujo efeito foi encerrar a discussão e não permiti-la, criaram uma série de campos de força que dividiram artificialmente as ciências sociais em Sociologia burguesa e Teoria Marxista. A primeira, supostamente derivada de uma epistemologia positivista e de uma metodologia empirista, foi condenada e banida por sua inexplicável ignorância da dialética materialista. Mesmo análises concretas e estudos metódicos sobre a sociedade capitalista, empreendidos por autores marxistas nos anos 60 e 70, foram censurados quando utilizaram conceitos marxistas sem, todavia, servir-se da teoria marxista (WRIGHT, 1979).

Não é só um pouco desconcertante quando uma descobre a outra (por exemplo, WRIGHT, 2009)⁵. O prejuízo contabilizado por essa separação bizantina, que parece ter mais a ver com as vantagens simbólicas que cada partido teórico retira dessa luta ideológica, implicou no isolamento provinciano de ambas as partes – e ele foi, avaliamos nós, muito mais prejudicial ao marxismo acadêmico. A redescoberta do pensamento de Marx nos últimos anos em alguns círculos intelectuais e sua nova popularidade (novos periódicos, novas traduções, vários

⁵ Erik Olin Wright (2009, p. 101) sustenta, lucidamente, que “sociological research by Marxists should combine the distinctive Marxist-identified mechanisms with whatever other causal processes seem pertinent to the explanatory task at hand. What might be called a ‘pragmatist realism’ has replaced the ‘grand battle of paradigms’.

encontros científicos, reedições de textos, etc.) parece, todavia, refletir e repetir os mesmos defeitos. Seja como convicção partidária, seja como ideologia universitária, supõe-se, em geral, que os textos clássicos dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin, Gramsci, etc.) já fornecem uma teoria autossuficiente da sociedade.

O tipo de abordagem que propomos reúne e justapõe três camadas expositivas diferentes: *análise conceitual* (sem ser, no entanto, uma exegese completa de alguns dos textos consagrados); *reflexão teórica* (mas que não se contenta em restituir a pretensa coerência formal desse discurso); e *interpretação crítica*.

Assim, esse programa de pesquisa, uma vez executado, pode servir aos iniciantes como uma espécie de *introdução* ao pensamento político de Marx e dos marxismos posteriores. Grande parte dos ensaios daí resultante seria, *à primeira vista*, apenas uma apresentação comentada dos conceitos e das dificuldades conceituais do marxismo clássico no campo da teoria do Estado, do poder e da política capitalista. Na realidade, esse tipo de pesquisa teórica interessaria ao especialista no marxismo teórico já que o que haveria aqui seria uma *interpretação* – isto é, uma investigação e uma discussão do conteúdo latente que existe nas palavras mais usuais do vocabulário político marxiano em confronto com uma parte da literatura de ciência social mais recente sobre essas matérias. Por último, esses estudos teóricos pretendem ser uma *justificação* para tomar o pensamento de Marx como uma “ciência social”. E isso em dois sentidos: (i) como um *tipo de conhecimento* científico, e não uma teoria normativa e/ou uma visão social de mundo; e (ii) como um *gênero interpretativo*, que consiste em conectar as ações e instituições políticas à sua dimensão social. Esse primeiro ponto exige um comentário mais extenso já que ele sintetiza a motivação que está na origem do nosso trabalho.

Therborn, na linha da história intelectual realizada por Anderson (1976) sobre o marxismo ocidental, dividiu e classificou os herdeiros de Marx em três gerações. Ao longo do século XX, o marxismo, originalmente uma *crítica da economia política*, converteu-se, dos anos 1930 em diante, em *ensaísmo filosófico* e mais tarde, primeiro na Europa e depois nos EUA, em uma *ciência social*, isto é, em um tipo de “análise sociopolítica empírica” das sociedades capitalistas contemporâneas. “A sociologia”, Therborn escreveu com excessivo otimismo, substituiu, a partir dos anos 1960 e 1970, “a filosofia e a economia política

como principal ponto de referência [...] e como gramática de sua linguagem” (THERBORN, 1989, p. 391-392).

Wright sintetizou há um bom tempo os desafios postos ao marxismo como ciência da sociedade. É preciso ter um conhecimento adequado e competente de muitos métodos e técnicas de pesquisa diferentes para empreender investigações científicas, o que implica, concluímos nós, vencer preconceitos renitentes contra, por exemplo, o “quantitativismo”. É preciso possuir também mais do que noções vagas ou notícias distantes sobre as grandes categorias de entendimento marxistas. O principal é dominar a sua lógica, isto é, sua forma de raciocínio. Por fim, é essencial relacionar a grande teoria, que está na base dessa lógica, a programas concretos de pesquisas sobre a vida social (WRIGHT, 1979). Isso, por sua vez, requer, concluímos nós, uma atitude diferente diante da teoria.

As consequências mais óbvias de perceber o marxismo como uma ciência social normal (o que é em tudo diferente, bem entendido, de reduzi-lo, acomodá-lo e transformá-lo em uma disciplina acadêmica especializada: ciência política, economia, filosofia, crítica literária, sociologia, etc.) são duas: (i) seus postulados devem ser entendidos como *hipóteses*, não como princípios; e (ii) hipóteses são por definição *verificáveis*, ou seja, passíveis de serem confirmadas – ou refutadas. Só assim os estudos marxistas conseguem deixar de ser o que frequentemente tem sido: ilustração de teoria. O próprio Marx, de resto, deu-se conta dos equívocos que o seu “método de exposição” da dinâmica social do capitalismo poderia induzir. Como ele escondia o “método de pesquisa”, isto é, a investigação das particularidades dos fenômenos concretos, as várias formas sob a qual um dado assunto poderia surgir e se desenvolver, a conexão íntima entre cadeias de causas e efeitos, “talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*” (MARX, 1983, p. 20).

Se não for para tomar o marxismo teórico como uma construção intelectual a priori sobre o mundo social, essa postura implica necessariamente uma compreensão diferente dos textos de Marx, mais interessada nas suas *operações analíticas* do que na monumental parafernália teórica sobre a qual elas se apoiam. São essas operações analíticas que podem (ou não) ajudar a formular *estratégias intelectuais* para conectar microevidências à macroteoria e propor conceitos de médio alcance para colaborar na pesquisa social. Para Maguire (1978), a propósito, o estudo das obras históricas de Marx permite apreender várias “ferramentas” úteis para a análise política.

Wright Mills criticou os grandes teóricos que separam o aspecto sintático da construção conceitual do seu aspecto semântico. Ele escreveu: os “praticantes” dessa sorte de filosofia social “não compreendem realmente que quando definimos uma palavra estamos apenas convidando outros a usá-la como gostaríamos que fosse usada; que o objetivo dessa definição é concentrar o raciocínio sobre o fato, e que o resultado adequado da boa definição é transformar o raciocínio sobre termos em desacordos sobre fatos, e assim franquear ao raciocínio uma nova pesquisa” (MILLS, 1965, p. 42). O que nós sugerimos aqui não é que se pare de polir conceitos, comentar passagens, ler os livros, mas que essa atividade tenha como perspectiva usá-los numa ciência da sociedade orientada empiricamente.

Não nos escapa, por óbvio, o intelectualismo desse projeto. O marxismo livresco daí resultante poderia ser apenas o efeito de um pensamento radical reduzido ao uso pacífico e conveniente da mesa e do escritório. Pode ser. Por outro lado, o *marxismo como ciência social* é uma maneira de postular nossa diferença com um pensamento que não quer ser reduzido apenas a grandes declarações sobre o mundo social, onde o propósito anti-científico que o anima consiste em responder de maneira total, e abstrata, a questões totais.

Agora que Marx e o marxismo não estão mais na crista da onda⁶, ponto esse que não carece de grande documentação empírica, seu estudo deixou de ser um ato de fé ou uma tarefa necessária, porém efêmera, no caminho de coisas mais sérias — a Revolução, por exemplo. Se isso, por um lado, diminuiu bastante a audiência social do pensador social, tornando sua leitura mais solitária e mais silenciosa, fez, em compensação, sua obra mais reflexiva e menos comprometida com algumas tomadas de posição políticas e ideológicas. Daí que seja hoje compreensivelmente mais simples “ler e reler e discutir Marx” (DERRIDA, 1993, p. 29), uma empresa que deve ser exercida novamente com empenho, mas agora para alcançar duas coisas: (i) revelar certos *mecanismos de análise* presentes e em ação nos textos comentados; e de (ii) relativizar algumas das ditas *descobertas* da teoria social contemporânea.

Há também na base desta proposta de leitura um incômodo. Não é nada surpreendente o juízo que se cristalizou nos círculos universitários dominantes segundo o qual o pensamento de Marx sobre a política, o poder e o Estado

⁶ Sobre a hegemonia do marxismo nos departamentos universitários dos EUA no pós-guerra, ver, entre outros, Jacoby, 1990. Sobre a *intelligentsia* brasileira de esquerda no século XX, ver Ridenti, 2010.

capitalista deveria ser condenado ao mutismo desde que os “regimes do Leste” desapareceram junto com o “Muro de Berlim”, para falar no idioma superficial dos jornalistas de variedades. Curiosamente, esses acontecimentos históricos tiveram dois efeitos *opostos* sobre o marxismo tanto como política, quanto como teoria, já que demonstraram duas coisas contraditórias: (i) que o pensamento político marxista estava essencialmente errado, pois teria tramado o “totalitarismo”; e (ii) que de fato nunca existiu um pensamento marxista consequente sobre a política, como prova o sensacional naufrágio do socialismo real como sistema de governo.

Os efeitos diretos da conjuntura política sobre essa teoria social são fruto não só da má fé dos críticos, mas também do engajamento político deliberado que seus defensores adotaram, transformando, em determinadas ocasiões, o pensamento de Marx num catecismo iluminador da ação. Essa é, aliás, uma dimensão que os seus opositores gostam de enfatizar, já que a derrocada da própria sociologia marxista pode ser assim identificada com a derrota política dos partidos comunistas. Nós pensamos, por outro lado, que é possível assumir o marxismo como uma *teoria social* com claras pretensões científicas (inclusive para lembrar os objetivos do próprio Marx), cuja rentabilidade analítica *potencial* não precisa ser descartada em função da derrota política de seus partidários.

Há aqui, por último, uma aposta. Quando se tem em mente a lógica que rege o campo científico, é insuficiente postular, como fez Daniel Bensaïd, que “enquanto o capital continuar dominando as relações sociais, a teoria de Marx permanecerá atual” (BENSAÏD, 1999, p. 11). Acreditamos, de maneira otimista, que esta proposta de reinterpretação possa chamar a atenção tanto para teses fundamentais como para alguns pormenores que, se de alguma maneira não passaram completamente despercebidos pela literatura, estão todavia provisoriamente esquecidos.

Não temos, todavia, a pretensão descabida de fazer avançar a teoria, como se dizia. Se o silêncio da Ciência Social sobre o marxismo teórico, e a ignorância olímpica desse mesmo marxismo teórico diante da Ciência Social dominante, resultado do preconceito de ambos e da incompreensão mútuas, for ao menos perturbado, já terá sido ótimo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *O futuro dura muito tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ANDERSON, Perry. *considerations on western marxism*. London: Verso, 1976.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do estado? In: BOBBIO, Norberto et al. *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 28-29.
- _____. Existe uma doutrina marxista do estado? In: _____. *Qual socialismo? debate sobre uma alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 21-35.
- _____. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- COHEN, Gerald A. *Karl Marx's theory of history: a defense*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- DERRIDA, Jacques. *Spéctres de Marx*. Paris: Galilée, 1993.
- ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural/EDUSP, 1990.
- LEBRUN, Gérard. Althusser e seu partido. In: _____. *Passeios ao léu*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MAGUIRE, John M. *Marx's theory of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4. t. 1. Tradução de: Maximilien Rubel.
- _____. Posfácio da segunda edição alemã de o capital (1873). In: _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 15-21.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

RUBEL, Maximilien. Em torno do marxismo. In:_____. *Entrevistas do Le Monde: a sociedade*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-146.

THERBORN, Göran. A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Coleção História do Marxismo, v. 11.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WRIGHT, Erik Olin. *Class, crisis and the state*. London: Verso, 1979.

_____. Understanding class. *New Left Review*, London, n. 60, p. 101-116 Nov./Dec. 2009.